

Correição Ordinária é oficialmente aberta na Seção Judiciária da Bahia



Reunindo magistrados e servidores da Seccional, a Correição Ordinária da Seção Judiciária da Bahia foi oficialmente aberta ontem, dia 18 de novembro, no Auditório Ministro Dias Trindade. A iniciativa tem como objetivo trocar conhecimentos e averiguar se as atividades estão sendo realizadas da melhor forma possível, através de visitas às varas e núcleos administrativos.

Compuseram a mesa de abertura dos trabalhos da Correição a Corregedora Regional da Justiça Federal da 1ª Região, desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, o diretor do Foro, juiz federal Dirley da Cunha Júnior, juntamente com os juizes federais em auxílio Bruno César Bandeira Apolinário, Rafael Leite Paulo, Marcelo Velasco Nascimento Albernaz e Waldemar Claudio de Carvalho.

Abrindo a sessão, o diretor do Foro Dirley da Cunha Júnior cumprimentou e agradeceu a presença de todos, além de dar as boas vindas à Corregedora e sua equipe em auxílio, explanando a felicidade da Seccional baiana em estar recepcionando-os.

A corregedora desembargadora Maria do Carmo falou de sua gratificação em estar encerrando a Correição Ordinária na Bahia, depois de ter passado pelos 13 estados da federação, e agradeceu a recepção da SJBA bem como a sua equipe

em auxílio. *“A corregedoria vem no sentido de criar gestão de parceria, de tentar dar solução e ajudar. A corregedoria hoje veio num perfil diferenciado neste sentido de buscar apoio dos senhores e fazer entre nós uma interação de boas práticas”,* declarou.

Em seguida, o juiz federal Bruno Apolinário, responsável pela organi-

zação das correições, declarou que a passagem pela corregedoria é como um mestrado ou doutorado da Justiça Federal, pois é onde se tem a oportunidade de conhecer todas as seções e subseções judiciárias e ouvir a todos os magistrados.

Logo após, o juiz federal Rafael Leite, responsável pela Tecnologia da Informação, falou sobre algumas iniciativas da corregedoria a fim de melhorar a produtividade no ambiente de trabalho, como o Banco de Boas Práticas.

Além dos magistrados que compuseram mesa na abertura, também estão em auxílio a corregedoria os juizes federais César Cintra Jatahy Fonseca, Eduardo Moraes da Rocha (em auxílio à Vice-Presidência), Fábio Moreira Ramiro (representando a Direção do Foro), Mei Lin Lopes Wu Bandeira, Paulo Ricardo de Souza Cruz e Sônia Diniz Viana.

Por fim, a corregedora ainda realizou duas reuniões: uma com os juizes federais e outra com os Diretores de Secretaria da Seccional.

Adequações no PJe podem acelerar execuções fiscais



A adaptação do fluxo do processo de execução fiscal à lógica do Processo Judicial Eletrônico (PJe) é o desafio enfrentado pelo Grupo de Trabalho (GT) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) voltado à otimização da cobrança de dívidas ativas da Fazenda Pública. Criado em maio deste ano, o GT trabalha para melhorar a automação e a governança na condução dos processos de execução fiscal que, atualmente, somam cerca de 30 milhões de feitos e equivalem a cerca de 40% de todo o acervo do Judiciário brasileiro. Essas ações representam também o maior índice de congestionamento nos tribunais.

Esses processos incluem as cobranças judiciais das dívidas ativas das Fazendas Federais, Estaduais e Municipais e, ainda, os créditos dos conselhos profissionais. O GT de Execução Fiscal do CNJ, composto por juizes e procuradores das fazendas citadas, se reuniu novamente nesta quarta-feira (13/11). O colegiado foi criado em maio de 2019 por meio da Portaria 76/2019.

De acordo com a juíza auxiliar da Presidência do CNJ Livia Peres, o Conselho, como coordenador da política judiciária nacional, ao identificar a existência de um gargalo na tramitação desses processos, busca, em colaboração com os tribunais, desenvolver ferramentas que possibilitem a automatização do fluxo dessas ações, além da adoção de medidas de governança para gestão do acervo.

“A ideia é ajustar o PJe, incluindo novas funcionalidades para automatizar tarefas repetitivas do trâmite processual e, assim, garantir celeridade no processamento das execuções fiscais”, esclarece a magistrada. Livia Peres também ressalta que otimizar a tramitação deste grupo de ações gera reflexo positivo na eficiência do Poder Judiciário como um todo, uma vez que as execuções fiscais representam importante parcela do acervo total de processos da Justiça brasileira. **(Fonte: CNJ)**

Jornada de ATUALIZAÇÃO JURÍDICA

CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

INSTRUTOR: Juiz Federal Durval Carneiro Neto
DATAS: 22/11, 27/11, 29/11, 04/12 e 06/12
HORÁRIOS: das 14h às 16h
LOCAL: Sala de Treinamento, no 3º Andar do Anexo III do Fórum Teixeira de Freitas

OUTROS INSTRUTORES E CURSOS:

<p>Juiz Federal Fábio Roque da Silva Curso de Direito Penal (FINALIZADO)</p> <p>Juiz Federal Dirley da Cunha Júnior Curso de Direito Constitucional (FINALIZADO)</p> <p>Juiz Federal Fábio Moreira Ramiro Curso de Direito Processual Penal (FINALIZADO)</p>	<p>Juiz Federal Saulo José Casali Bahia Curso de Direito Constitucional (FINALIZADO)</p> <p>Juiz Federal Luiz Salomão Viana Curso de Direito Processual Civil Datas: 11/11, 13/11, 18/11, 20/11 e 25/11</p> <p>Juíza Federal Cynthia de A. Lima Lopes Curso de Direito Processual Civil Datas: 12/11, 14/11, 19/11, 21/11 e 26/11</p>
--	---

VAGAS LIMITADAS! LINK DE INSCRIÇÃO:
http://www.jfba.jus.br/processos/seder_2014_2/turmas.php

Aniversariantes

Hoje: Juiz federal Antônio Lúcio Túlio de Oliveira Barbosa (Bom Jesus da Lapa), Juíza federal substituta Manoela de Araújo Rocha (19ª Vara), Bruno Leonardo Rugani Ferreira (NU-CJU), Pedro Macêdo Lessa (4ª Vara) e Adriana Silva Santos (Viverde). **Amanhã:** Catia Maria Alves Borges (15ª Vara), Marcos Augusto Pessoa Ribeiro (Biblioteca), Diana Sampaio de Carvalho (Alagoinhas), Hytana Pereira de Souza (Bom Jesus da Lapa) e Sandra Cardoso Figueiredo (Servit Serviços).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.